

Tributação Ministro considera que existem no momento condições políticas para avançar com a pauta no Congresso

Reforma dará 'choque' no PIB, diz Haddad

Manoel Ventura, Fernanda Trisotto e Estevão Taier
O Globo e Valor, de Brasília

Apontada como prioridade na agenda econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma tributária pode gerar um "choque" positivo na economia brasileira capaz de elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em até 20% em 15 anos. O potencial foi apresentado na segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convidado da primeira edição de 2023 da série de debates "E agora, Brasil?", realizada pelos jornais "O Globo" e "Valor", com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

A reforma do sistema de impostos no Brasil foi o principal tema do evento, em Brasília, mediado pela colunista do "Globo" Miriam Leitão e pelo chefe da redação do "Valor" em Brasília, Fernando Exman. É antigo o consenso de que a confusa estrutura de arrecadação tira competitividade das empresas, penaliza investimentos, gera insegurança jurídica e distribui de forma desigual o peso dos impostos entre ricos e pobres. No entanto, o impasse sobre como mudar isso perdura há anos.

Na conversa de quase uma hora e meia, Haddad afirmou que há condições políticas agora para avançar no Congresso. Ele previu para junho ou julho a votação na Câmara e até outubro no Senado e destacou o bom relacionamento com os presidentes das duas Casas, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) desde a transição.

A ideia é focar nos impostos sobre o consumo nessa primeira etapa da reforma, unificando os tributos federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS em um único imposto sobre valor agregado (IVA). A proposta de emenda constitucional (PEC), que deverá sair de fusão de duas propostas já em tramitação, precisa de três quintos dos votos dos parlamentares. Após regulamentação, entraria em vigor a partir de 2025.

O governo vê no sistema tributário atual um dificultador do crescimento econômico e do desenvolvimento social do país.

O ministro apontou as principais diretrizes para a reforma: justiça tributária, progressividade, simplificação e transparência. E citou estimativas compiladas por seu secretário extraordinário para a reforma, Bernard Appy, um dos maiores especialistas no assunto no país, que apontam um aumento de até 12% no PIB em 15 anos, num cenário



O ministro Fernando Haddad entre os jornalistas Miriam Leitão e Fernando Exman: estrutura de arrecadação tira competitividade das empresas, penaliza investimentos e gera insegurança jurídica

A quantidade de impostos pagos na fase de investimentos é [como] punir o investidor, o exportador, o industrial, as famílias de baixa renda. Além de punir o próprio poder público"

conservador, e de até 20%, em uma previsão mais otimista, somente com a simplificação do sistema.

"O choque de eficiência que ela vai dar na economia brasileira, não é possível estimar neste momento, de tão grande que será. Fala-se de 10% a 20% de choque no PIB, mas eu penso que vamos facilitar muito a vida dos investidores, dos trabalhadores e do poder público com essa reforma."

Haddad defendeu a reforma como importante não só para a União, mas também para Esta-

dos e municípios. Classificou a situação do ICMS como "caótica" para os investidores, já que o tributo estadual é campeão de litígios tributários. "A quantidade de impostos pagos na fase de investimentos é [como] punir o investidor, o exportador, o industrial, as famílias de baixa renda. Além de tudo, está punindo o próprio poder público, dada a litigiosidade dos tributos."

Ex-prefeito de São Paulo, Haddad concorreu à Presidência em 2018 e ao governo paulista pelo PT no ano passado. Ele indicou que tem se dedicado não só à costura política da reforma no Congresso, mas também ao diálogo com governadores, prefeitos e representantes de setores econômicos para vencer resistências. Dispõe de ao menos um dia na semana para encontros sobre o tema e acena com uma transição de "longuíssimo prazo" para acomodar impactos da reforma sobre quem paga e arrecada impostos.

Ele defendeu que a alíquota do novo imposto sobre consumo seja recalibrada ao longo do tempo. "Quando você põe na ponta do lápis, afasta os fantasmas. Haverá uma transição de 40 anos, para garantir que o

ajuste é na margem, garantindo que o impacto na eficiência da economia seja muito mais rápido que o impacto redistributivo pelos entes federados."

Além dos princípios da proposta do governo, o ministro também apontou o que não estará na reforma. Descartou uma nova CPMF, imposto sobre transações financeiras cuja ideia de recriação descreveu como um dos motivos para o fracasso da reforma proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, e mudanças no Simples Nacional, o sistema especial de tributos para micro, pequenas e médias empresas.

Haddad argumentou que a reforma da taxação do consumo, que tem maior impacto sobre os mais pobres, é também uma forma de dar progressividade ao sistema tributário, criando as condições para avançar em seguida numa revisão dos impostos sobre a renda. Mas frisou que o objetivo do governo é ter uma reforma neutra do ponto de vista da arrecadação, sem aumentar a já alta carga tributária do país. "Não pretendemos aumentar imposto sobre consumo porque, no Brasil, já é muito alto. Deveríamos planejar no médio e longo prazo a

mudança na cesta de tributos, que deveria recair mais sobre renda e menos sobre consumo."

Para José Roberto Tadros, presidente da CNC, que reúne empresas de comércio e serviços, a reforma precisa considerar especificidades. "A reforma tributária é necessária. Mas, para ser efetiva, precisa ter como premissas a simplificação, a não cumulatividade e a diferenciação das alíquotas setoriais e regionais. Não há como pensar em uma reforma sem considerar as especificidades, por exemplo, do setor de serviços, que é um grande gerador de empregos, mas gera menos créditos tributários em sua cadeia produtiva do que outros segmentos, pois seu principal insumo é justamente a mão de obra", disse.

Em uma semana decisiva para o governo na economia, Haddad também falou no evento sobre a definição da nova regra de controle das contas públicas em substituição ao atual teto de gastos, riscos internacionais e a política de juros contra a inflação no Brasil. "O evento acabou acontecendo numa semana quente, com o arcabouço fiscal e a crise externa. Ele falou bastante da pauta, que era a reforma tributá-

Deveríamos planejar no médio e longo prazo a mudança na cesta de tributos, que deveria recair mais sobre renda e menos sobre consumo"

ria, mas não fugiu dos outros temas", avaliou Miriam Leitão.

Exman afirmou que o evento foi fundamental para o ministro apresentar a sua visão da reforma, cujo debate no Congresso se intensifica agora. "Também tivemos a rara oportunidade de ouvir o que ele pensa a respeito de temas pouco abordados no dia a dia, como sua visão sobre a meta de inflação. E sem deixar de lado os temas mais quentes, como o atual patamar dos juros e as recentes turbulências na economia americana", afirmou.

Para ministro, não há sinais de crise sistêmica

De Brasília

Num momento de juros altos em todo o mundo na tentativa de frear a inflação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, usou o exemplo da quebra da americana Silicon Valley Bank (SVB), que abalou os mercados financeiros nesta semana, para chamar a atenção para o que considera um limite prudencial para a política monetária contracionista.

A crise bancária nos Estados Unidos levou analistas a prever o início de uma redução das taxas de juros na maior economia do mundo e também no Brasil. Para Haddad, o risco de não seguir esse limite é desorganizar a economia. "Qual o limite prudencial para aumentar juros sem desorganizar a economia como um todo? A quebradeira que pode advir de um descasamento das carteiras e tudo mais. E aí tem setores dizendo que vai chegar uma hora que vai esbarar nesse limite", afirmou.

O governo Lula tem sido um crítico da atual política de juros

do Banco Central (BC), que mantém a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano desde o ano passado. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e fica no cargo até 2024, por força da autonomia da instituição aprovada pelo Congresso em 2021.

Em sua participação no "E agora, Brasil?", Haddad apontou o colapso do SVB nos EUA como um exemplo dos problemas causados pelo descasamento da carteira de crédito de instituições financeiras em meio a altas acentuadas de juros. Ou seja, uma diferença entre a remuneração dos títulos que o banco tinha e a taxa de juros vigente. No entanto, o ministro avaliou que não há sinais de crise sistêmica, ainda que considere o caso "grave". Ele também reforçou que o sistema bancário brasileiro não está vulnerável e enalteceu a governança e regulação interna do setor financeiro no Brasil.

"Nós temos um sistema bancário que é muito robusto do ponto de vista de governança da sua re-

gulação interna. A gente cumpre os acordos (de limites prudenciais) internacionais com folga. E eu penso que isso nos dá uma robustez muito grande", afirmou

O chefe da equipe econômica também disse que há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo, mas que o Brasil está na contramão.

"Há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo. E há uma gordura no Brasil, que permite a nós, tomando as providências que estão sendo tomadas [pela equipe econômica] e reconhecidas pelo Banco Central em atas... Penso que temos um espaço [para baixar juízo] que o mundo não tem."

Haddad também defendeu a necessidade de compatibilizar as políticas monetária, ou seja, a de juros do BC, com a fiscal, que envolve as contas do governo. "Se nós harmonizarmos as políticas fiscal e monetária, nós podemos ancorar e navegar em mares internacionais revoltos. Eu penso que nós estamos preparados para qualquer cenário", disse. (MV, FT e ET)

Temos um sistema bancário muito robusto do ponto de vista de governança da sua regulação interna. A gente cumpre os acordos internacionais com folga"

Proposta prevê transformar cinco impostos em um só

De Brasília

A proposta para a reforma tributária pretende unificar cinco tributos em um só. A ideia é que os tributos federais PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) se somem ao estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e ao municipal Imposto sobre Serviços (ISS) para formar um único imposto sobre valor agregado (IVA), que se chamará Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O governo também está propondo a fusão de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já tramitam no Congresso Nacional: a PEC 45, que está sendo analisada na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, que tramita no Senado. A diferença principal entre as duas propostas é que a 45 prevê um imposto sobre valor agregado de alíquota única, com recursos divididos entre União, Estados e municípios, enquanto que a do Senado Federal considera um IVA dual, com a criação de

dois impostos sobre consumo. Ou seja, um imposto exclusivo da União e outro que seria repartido entre Estados e municípios.

Um grupo de trabalho constituído por 12 deputados foi formado na Câmara para acelerar a avaliação dos dois projetos. O coordenador do trabalho é Reginaldo Lopes (PT-MG) e o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A equipe econômica do governo Lula, que dá apoio técnico à discussão no Congresso, aponta que o novo imposto sobre valor agregado deve ter alíquota em torno de 25% para manter a atual carga tributária. A ideia em discussão seria eliminar benefícios tributários, embora admita a preservação do Simples e da Zona Franca de Manaus, e descarte a volta da CPMF.

Algumas resistências em relação às propostas vêm de setores econômicos que temem aumento de impostos e o fim de incentivos fiscais e de governadores e prefeitos preocupados com perda de receitas. (MV, FT e ET)

Reforma Serviços e agronegócio temem ser mais prejudicados

Pressões regionais e setoriais são desafios

Manoel Ventura, Fernanda Trisotto e Estevão Taiar
O Globo e Valor, de Brasília

Para aprovar a reforma tributária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começa a enfrentar um dos desafios que há décadas dificulta o avanço das propostas: as pressões setoriais e regionais relacionadas a interesses distintos que podem ser afetados pelas mudanças. Para o ministro, prazos longos de transição e o impacto positivo que a reforma terá sobre a economia como um todo mais que compensarão possíveis perdas.

"Ninguém pode usar como pretexto: 'Eu vou perder ou vou ganhar', porque todos os prazos estão sendo calibrados justamente para que tenhamos uma aterrissagem e uma transição suaves", afirmou Haddad durante o evento "E agora, Brasil?", na segunda-feira, 13, em Brasília.

"Reforma tributária é uma porção de chavinhas em que você está mexendo. Se você só olhar (e falar) 'aqui eu vou perder' e não olhar para o que vai ganhar, vai inviabilizar a reforma", afirmou.

Serviços e agronegócio estão entre os setores mais preocupados com o impacto da reforma. Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que a criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) com alíquota entre 12% e 25%, como se discute no Congresso, pode levar a um aumento médio de 84% na carga tributária de 30 segmentos do setor de serviços, podendo superar 188% no de seleção, agenciamento e locação de mão de obra, por exemplo.

A Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) têm defendido junto a parlamentares e ao governo um tratamento diferenciado ao setor, para evitar elevação de carga tributária. O setor é contra a retirada de isenções tributárias da cesta básica e a criação de um mecanismo de cashback propos-

to pelo governo para devolver parte dos impostos às famílias mais pobres e demanda a manutenção do crédito presumido como forma de apuração tributária, principalmente para pequenos produtores.

Para Haddad, as preocupações dos setores não levam em consideração que os serviços ampliarão o acesso a créditos tributários. Sem citar setores específicos, ele afirmou no evento que a reforma "vai eliminar" desonerações "completamente arbitrárias" e "que foram feitas com base no capitalismo de compadrio".

Além das dificuldades para equilibrar demandas setoriais, Haddad também enfrenta as preocupações regionais, mas se diz disposto a saná-las. Em carta entregue ao ministro na semana passada, os sete governadores do Sul e do Sudeste manifestaram "o compromisso em trabalhar em conjunto com o governo federal e com os municípios na aprovação de uma reforma tributária de base ampla, que aumente a eficiência econômica, por meio da simplificação das obrigações para os contribuintes e da adoção do princípio do destino". Mas eles também defenderam que a dívida dos sete Estados com a União, cuja dinâmica é considerada por eles "insustentável", seja renegociada "no bojo" da "tão urgente reforma tributária".

Assim como vê espaço para a formação de consenso entre parlamentares, o ministro da Fazenda vê demonstrações no mesmo sentido por parte de prefeitos e governadores. E cita como exemplo o acordo firmado na semana passada entre União e Estados em torno das compensações de perdas com o ICMS como um sinal dessa boa vontade.

Para aplacar o temor de perda de arrecadação nos Estados com a redistribuição de receitas do IVA, que prevê a cobrança do imposto no destino e não na origem, Haddad afirmou que o governo federal está trabalhando

em um fundo de desenvolvimento regional. No âmbito municipal, os desafios são semelhantes. Também na semana passada, após reunião com Haddad, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, afirmou que "há consenso" entre as cidades de que as mudanças tributárias são necessárias, mas defendeu que é preciso considerar que são as prefeituras as responsáveis pelos serviços públicos mais próximos da população e não podem perder a arrecadação atual do ISS com a criação do IVA.

O ministro disse no evento que diversos fatores fazem com que o impacto não seja "tão significativo" para as cidades. Entre eles, o intervalo de 40 anos de transição que o governo pretende prever. "Você tem dez mandatos (de prefeitos) pela frente para fazer o ajuste fino", afirmou.

Segundo o ministro da Fazenda, a reforma ajudará até mesmo a reduzir as disputas jurídicas entre entes federativos em torno de impostos como o ICMS e o ISS. "A reforma vai colocar fim a um enorme conflito distributivo no país, público-privado e público-público."

Após dois anos consecutivos de descumprimento da meta de inflação no Brasil, mesmo com a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, patamar mais elevado desde 2017, ainda não está claro se o país vai conseguir chegar ao alvo de 3,25%, com tolerância de mais ou menos 1,5 ponto percentual. Analistas de mercado preveem 5,96% para este ano, segundo o boletim Focus, do Banco Central (BC).

No "E agora, Brasil?", o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou o fato de o país ser um dos poucos, juntamente com a Turquia, que persegue uma meta de inflação para o período de 12 meses do ano corrente e afirmou que uma possibilidade a ser avaliada com o BC é o alongamento desse horizonte, o que daria mais espaço para calibrar as taxas de juros sem restringir demais o crédito e comprometer o sistema financeiro e o crescimento da economia.

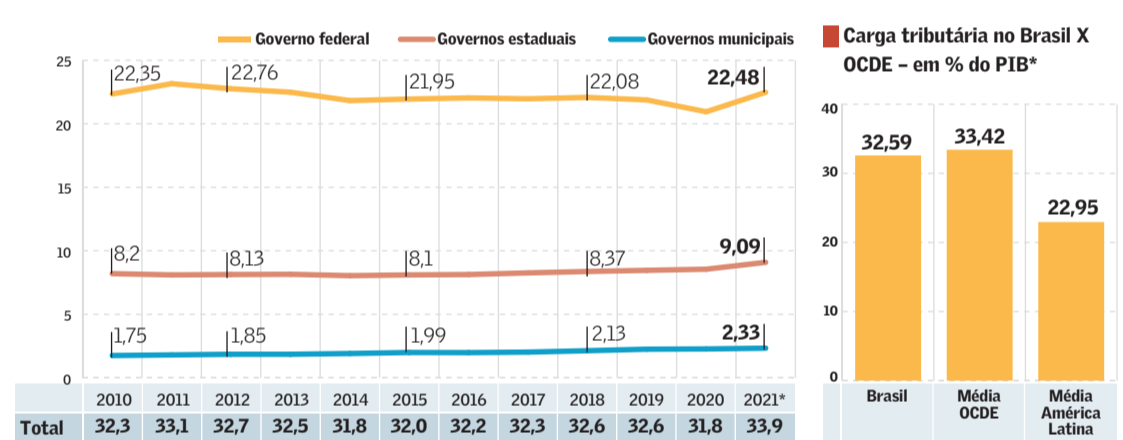
O ministro defendeu essa ideia como uma forma de dar à autoridade monetária tempo para acomodar "choques", como foram os provocados pela pandemia e a guerra da Ucrânia, que reverberam localmente e afetam todas as



Haddad: ministro vê espaço para a formação de consenso entre parlamentares e demonstrações no mesmo sentido por parte de prefeitos e governadores

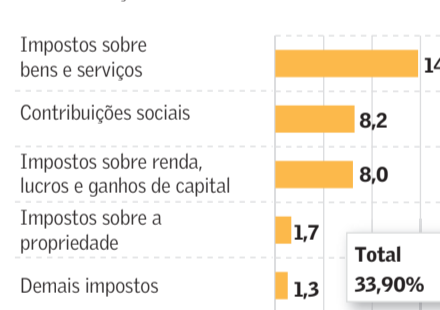
Peso dos impostos

Evolução da carga tributária por esfera de governo - em % do PIB



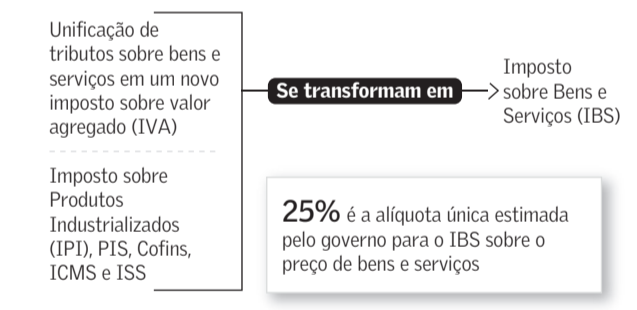
Peso maior sobre o consumo

Estrutura da carga tributária no Brasil, por bases de tributação - em % do PIB**



Propostas da Reforma tributária

O que o governo quer mudar



Fontes: Receita Federal, Tesouro Nacional e OCDE. * Em 2019. ** Em 2021

Meta de inflação deveria ter prazo mais longo



Ministro defende ideia como meio de ganhar tempo para acomodar choques

De Brasília

projeções de inflação. No entanto, ele não detalhou se uma proposta nesse sentido será levada ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece a meta de inflação.

"Todos os países que têm metas de inflação, com exceção do Brasil e da Turquia, perseguem a meta num horizonte de tempo relevante, mas que não são os próximos doze meses. Você alonga, sobretudo em momentos como este", disse.

Economistas ouvidos pelo "Globo" dizem que Haddad está correto quando defende que o Brasil destoa de outras economias com uma meta a ser cumprida entre janeiro e dezembro. A Turquia tem um sistema igual ao brasileiro, mas não é um bom parâmetro. Vive um surto inflacionário após intervenção do governo nos juros. A maior parte dos países com metas de inflação adota um horizonte intermediário, de dois anos em média, para alcançar o objetivo e manter a estabilidade dos preços. Nos EUA, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) fixa uma média a ser perseguida num período de até dois anos. No Canadá, num intervalo de seis a oito trimestres.

O pesquisador associado do Ibre/FGV Ricardo Barboza obser-

va que, na prática, o BC brasileiro já vem tomando decisões para fixar a taxa de juros olhando um horizonte relevante além do anual. "O BC já está considerando o efeito da política de juros sobre a inflação daqui a um ano e meio a dois anos. Isso não quer dizer que o nosso formato (de metas) está bom. Se temos meta de ano-calendário e o BC toma decisões considerando o horizonte relevante, estamos num formato que ainda parece distante do ideal."

Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco Alfa, concorda que a revisão de metas de inflação pode ser discutida, mas pontua que o mais importante é manter a credibilidade da política monetária. Para descartar vieses políticos, uma eventual mudança na meta de inflação teria que passar pela consolidação da autonomia do BC, criticada nos últimos meses pelo presidente Lula.

"A credibilidade da meta de inflação é uma consequência da credibilidade do banco central daquele país. Se o banco central da Turquia resolver fazer mudanças na meta, que é um dos únicos como o Brasil que tem meta no ano-calendário, quem acredita-

ria na instituição se quem manda lá é o (presidente Recep Tayyip) Erdogan?", diz Leal.

No evento, Haddad avaliou que, apesar de ainda distante da meta, a inflação no país está "bem comportada" e que há espaço para reduzir os juros. Ele listou entre as medidas da equipe econômica para favorecer a queda da Selic o pacote fiscal para manter a arrecadação, incluindo a reoneração parcial dos combustíveis (que tiveram impostos federais zerados no último ano do governo Bolsonaro), e a antecipação do desenho da nova regra fiscal que vai substituir o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à inflação). A proposta que será enviada ao Congresso já está pronta, afirmou Haddad, e deve ser apresentada ao presidente Lula ainda nesta semana.

Para o ministro, a definição da nova âncora fiscal, que afeta a elaboração do Orçamento de 2024, trará um impacto fiscal "infinitamente mais relevante" que uma revisão de metas de inflação. Essa é uma ideia a que ele não se opõe, mas defende que seja técnica e feita "sem ruído e com tranquilidade". (MV, FT e ET)

CNC reitera apoio à reforma tributária

Confederação defende sistema moderno e racional que contemple todas as atividades da economia, com simplificação de impostos e sem prejuízos a setores como o de serviços

O compromisso do governo federal e a disposição do Congresso Nacional em aprovar a reforma tributária, depois de muitas idas e vindas, renovaram a expectativa pela construção de um sistema moderno, racional, com menos burocracia e respeitando as realidades setoriais e regionais. Os próximos meses serão decisivos para discutir e votar as mudanças.

Nesse cenário, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mantém participação ativa no debate e entregou ao Poder Executivo e aos parlamentares um conjunto de prioridades do empresariado, como contribuição ao texto que será votado na Câmara e no Senado.

A CNC entende que a simplificação tributária é a base da reforma, somada a outros dois pilares: não cumulatividade e diferenciação de alíquotas setoriais e regionais, de acordo com as realidades específicas.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, é preciso garantir que nenhum setor seja prejudicado:

— A reforma tributária é extremamente importante e necessária para o crescimento do país. No entanto, não é justo o aumento da carga tributária sobre o setor de serviços, que responde por 37% da força de trabalho no Brasil e gerou 55% dos empregos formais depois da pandemia. A CNC prima pela harmonia entre os setores da atividade econômica.



“A reforma tributária é extremamente importante e necessária para o crescimento do país”
JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente da CNC

Um segmento não pode ser desonerado em detrimento de outro. Precisamos chegar ao consenso que traga melhorias para toda a sociedade brasileira.

Um efeito direto da simplificação dos tributos será a redução da informalidade e da sonegação fiscal. Consultor econômico da CNC, Gilberto Alvarenga destaca a importância de regras padronizadas para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado pelos entes da Federação:

— Possuímos um emaranhado de leis e uma sobreposição de cobranças de União, estados e municípios. Essa complexidade precisa ser equalizada

para facilitar a vida do empreendedor.

Alvarenga explica que as alíquotas setoriais também são essenciais para que a reforma de fato propicie a retomada da economia. O setor de serviços não pode ser penalizado por uma alíquota única:

— Uma tributação inflexível, com uma alíquota para todas as atividades, acaba sendo simples, porém, desigual.

Outro ponto apontado pela CNC é que o texto deixe clara a não cumulatividade plena, com crédito amplo, garantindo crédito sobre custos e despesas.

— A nossa intenção é apoiar a reforma, contri-

buindo com ajustes que contemplem empreendedorismo, sustentabilidade empresarial, segurança jurídica, geração de emprego e renda — afirma a diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus Vieira.

O vice-presidente Financeiro da Confederação, Leandro Domingos, preocupa-se com a competitividade de micro e pequenas empresas:

— O principal desafio é que a reforma tributária não represente aumento de imposto para nenhum setor.

Ao receber as propostas da CNC, o coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da reforma tributária

na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu a “diminuição e simplificação de impostos”:

— O nosso objetivo é criar um ambiente favorável ao investimento e ao empresário para gerar riqueza ao povo brasileiro.

Acesse o documento "Premissas de uma Reforma Tributária" na íntegra:



Alíquota unificada prejudica serviços, diz pesquisa

Impostos sobre locação da mão de obra, vigilância e aluguel de imóveis aumentariam em até 188%

Uma alíquota única do Imposto de Valor Agregado (IVA) para todas as atividades da economia parece simples, mas seria extremamente prejudicial ao setor de serviços, com aumento de carga tributária de até 188%, como aponta pesquisa realizada pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC.

Propostas em discussão no Congresso mencionam alíquotas de impostos unificados que variam de 12% a 25%.

O estudo da CNC analisou o impacto da alíquota

única de 12% em 30 segmentos do setor de serviços e concluiu que o aumento médio na carga tributária seria de 84%, considerando os tributos federais.

Como o setor de serviços é o maior empregador do país, a alíquota uniforme teria impacto direto nas vagas de trabalho.

A explicação para impacto tão negativo é que serviços dependem de muita mão de obra, mas, ao contrário dos demais setores, utilizam menos insumos e, com isso, acumulam menos créditos tributários

para abater no imposto a ser pago. Pela apuração do IVA, não teriam os mesmos créditos das outras atividades e acabariam pagando mais tributos.

— O peso dos impostos pode quase dobrar, é um desestímulo à empregabilidade, já que, quanto mais o serviço depende de pessoas para ser prestado, maior seria a carga tributária. Penalizar esse ramo seria prejudicial para toda a economia, porque atinge os empregos, os salários e o valor cobrado pelo serviço — alerta o diretor



de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês.

O segmento de seleção, agenciamento e locação de mão de obra poderia ser o maior prejudicado pela alíquota única, aponta a pesquisa. Em seguida, seria o de serviços para edifícios e atividades paisagísticas, responsável, por exemplo, pela terceirização de trabalhadores de limpeza. O serviço de segurança, vigilância e transporte de valores teria ampliação da carga tributária de 163%. Já o de compra, venda e aluguel de imóveis próprios teria aumento de quase 143%.

ALÍQUOTA UNIFICADA NOS SERVIÇOS

Veja os segmentos em que o impacto seria de mais de 100%

Atividades recreativas e culturais
100,07%

Serviços pessoais
108,74%

Correio e outras atividades de entregas
109,27%

Serviços auxiliares da agricultura, de pecuária e da produção florestal
115,15%

Agências de notícias e outros serviços de informação
125,31%

Atividades de ensino continuado
125,32%

Serviços auxiliares, financeiros, dos seguros e da previdência complementar
126,33%

Serviços técnico-profissionais
135,29%

Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis
142,43%

Serviços de escritório e apoio administrativo
143,20%

Compra, venda e aluguel de imóveis próprios
143,66%

Serviços de investigação, vigilância, segurança e transporte de valores
163,57%

Serviços para edifícios e atividades paisagísticas
172,81%

Seleção, agenciamento e locação de mão de obra
188,51%